

MATERIAL REFERENTE À PRIMEIRA OFICINA DE PALEOGRAFIA

OFERECIDA PELO PET- HISTÓRIA

Oficina Ministrada Pelo Professor Nelson Henrique Moreira de Oliveira

Ementa: O estudo dos escritos antigos: origens e fundamentos. A técnica paleográfica: metodologia de trabalho, manuseio de documentos, leitura e transcrição (*in litteri*, parcialmente atualizada e atualizada). A paleografia como técnica de pesquisa (fins e meios). Tecnologia – paleografia, microfilmagem e digitalização: preservação das fontes, perenidade dos conteúdos e acessibilidade de informações. Laboratório: fonte – catalogação – higienização – microfilmagem / digitalização – tratamento de imagens – armazenamento de suportes e conteúdos – transcrição.

Objetivos:

- Conhecer a origem, fundamentos e novas perspectivas para a paleografia;
- Entender a técnica paleográfica e sua aplicação, conjugada com a microfilmagem, a digitalização e o tratamento de imagens;
- Aprender como lidar com os suportes físicos, suas propriedades materiais e conteúdos textuais;
- Compreender o processo de funcionamento de um laboratório técnico que englobe os trabalhos de levantamento, catalogação, higienização, transcrição paleográfica, microfilmagem, digitalização, tratamento de imagens e preservação de fontes;
- Desenvolver as ações de leitura e transcrição de acordo com a metodologia e as normas de trabalho;
- Preservar o conteúdo textual e as fontes dentro das desenvolvidas técnicas e suportes atuais.

Conteúdo:

- Introdução à paleografia: paleografia e diplomática – origens e usos;
- O estudo das escritas antigas: as diversas especialidades e a paleografia latina;
- Os tipos caligráficos: identificação e datação de textos;
- Manuseio de documentos manuscritos;
- A transcrição a partir de outros suportes: fotocópias, microfilmes, imagens digitalizadas;
- Normas e técnicas para a transcrição de documentos para edição;
- Transcrição de textos 1: peculiaridades da escrita à mão, dos suportes, instrumentos e tintas;
- Transcrição de textos 2: leitura, transcrição e formatação dos documentos;
- Transcrição de textos 3: os tipos documentais;
- Identificação de abreviaturas, termos, símbolos e sinais gráficos: coleções.

Nelson Henrique Moreira de Oliveira¹
PPHR / UFRRJ

Paleografia, Microfilmagem, Digitalização e Preservação de Documentos Manuscritos.

Paleografia deriva do grego; a partícula *paleo* significando antigo, e a partícula *graphein* significando representação, logo, a escrita, que nada mais é que a tentativa de representação gráfica da realidade. A Paleografia pode ser definida mais apropriadamente como o estudo que tem como objeto os escritos antigos, e o paleógrafo como o técnico que tem como função a identificação, a compreensão e a tradução, para uma forma atualizada de escrita, dos caracteres originais e ininteligíveis. Como técnica, a Paleografia está longe de ser algo ligado apenas ao passado; seu objeto, sim, é antigo, mas a Paleografia deixou de ser uma “disciplina” arcaica, ligada às fontes manuscritas, antigas ou nem tanto assim. Nas últimas décadas, a Paleografia tem estado em permanente troca com outras técnicas e tecnologias, como a informatização voltada para a digitalização de imagens, proporcionando o desenvolvimento de novas técnicas de higienização, restauração, acondicionamento, preservação e tratamento dos suportes físicos das fontes, assim como novas formas de decifrar, interpretar, processar e guardar os conteúdos textuais das mesmas. Dessa forma, os objetivos básicos da Paleografia são a compreensão, a leitura e a transcrição de textos manuscritos, além de proporcionar a preservação de informações (textuais) e documentos (fontes / suportes: livros, mapas, certidões etc).

O paleógrafo torna acessível o conteúdo textual das fontes a diversos estudiosos e suas pesquisas, “traduzindo” e/ou atualizando grafia, pontuação, acentuação, ortografia, desenvolvendo abreviaturas e encontrando equivalentes atuais para vocábulos antigos, elaborando glossários e coleções de abreviaturas e termos. Assim, transforma uma forma ininteligível de grafia para uma grafia e forma compreensíveis ao maior número de pessoas, contribuindo com a preservação dos suportes físicos, as fontes: livros, mapas, certidões e todo e qualquer suporte onde haja grafia manuscrita. Seu objeto não precisa ser necessariamente antigo; pode ser de alguns anos, mas tem de ser necessariamente manuscrito, ou impresso, porém com grafia arcaica.

A contribuição da Paleografia se faz com todas as disciplinas acadêmicas que necessitem das informações contidas nos documentos manuscritos ou impressos com grafias antigas: História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Literatura, Filosofia, Filologia, Geografia e outras. A preservação dos documentos manuscritos é um benefício proporcionado pela Paleografia, uma vez que as informações transcritas passam a estar disponíveis em outras formas e suportes a um maior número de pessoas e de forma

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

perene: fichas, documentos digitados, CD-ROM, PDF, imagens digitalizadas em DVD, disponíveis nas instituições e/ou via Internet.

A leitura e a transcrição paleográficas exigem duas importantes habilidades principais: através da comparação de parciais, conseguir transpor os caracteres do documento original para formas atualizadas de escrita; além disso, saber identificar as abreviaturas, termos e grafias utilizadas no texto original, assim como interpretar os sinais de pontuação usados, separar ou unir palavras que não foram separadas ou unidas no texto original, ler e transcrever números, identificar erros no texto original e, finalmente, obter, através de tudo isso, o significado do texto, sempre levando em conta que os indivíduos escreviam da maneira que imaginavam correta, sem o suporte de uma gramática estabelecida, dando margens a uma infinidade de variações na escrita, além da própria caligrafia pessoal. Por isso, o paleógrafo, dependendo da necessidade e das circunstâncias, procede uma “atualização” da grafia, uma determinada “tradução” para a grafia atual, o que para alguns pesquisadores é mais interessante. Para outros, a manutenção da grafia original é mais importante, uma vez que determinada abreviatura ou forma de grafar um nome, por exemplo, remete a uma hierarquia ou significado guardado naquela forma de grafá-lo.

A prática da técnica paleográfica baseia-se na comparação entre caracteres e estilos de escrita, o que permite reunir, de acordo com o período da produção do documento, a escrita em grupos ou estilos de uma época, de uma região, de um estilo de grupo, de uma ou outra instituição, como o Estado (com documentos jurídicos) e a Igreja (com documentos paroquiais). Além disso, leva em conta o estilo pessoal e a erudição do redator, dentro de todas estas variáveis. Os estilos de escrita variam de época para época, de país a país e entre os diferentes tipos de documentos. No entanto, uma vez que tenham sido identificadas as características particulares de um determinado estilo, é possível, através de uma catalogação das particularidades do mesmo, a leitura de outros documentos da mesma época, estilo, região, instituição e finalidade. Outras variantes são extrínsecas ao texto: os borrões do papel, o esmaecimento da tinta, a deterioração do suporte, a má caligrafia e outros, que comprometem a compreensão da grafia e, por vezes, por lacunas e falhas, do sentido do texto.

Uma das inovações tecnológicas das últimas décadas que têm contribuído enormemente para as pesquisas, especialmente históricas, é a digitalização de imagens de documentos manuscritos. Essa contribuição permite um maior acesso dos paleógrafos e pesquisadores a documentos manuscritos, causando um incremento no volume das pesquisas, em virtude da acessibilidade a um maior número de fontes, em especial as seriadas, assim como tem permitido a preservação de documentos em estado delicado de conservação, cujo acesso é restrito ou impossibilitado. A digitalização, sob certo aspecto, é uma “evolução” da microfilmagem e, gradualmente, a está substituindo como forma de preservar documentos raros. Além da digitalização direta, a partir dos documentos originais, os próprios microfilmes estão sendo digitalizados. Um dos melhores incentivos à digitalização, em detrimento dos processos de microfilmagem, é a gama de possibilidades em termos de melhor captação e otimização da imagem. Enquanto a imagem do microfilme é a mesma que se capta através da fotografia, a imagem digitalizada, seja do documento original ou de um

microfilme, é melhorada através de vários e desenvolvidos programas de tratamento de imagem, melhorando o contraste, a luz e as cores, proporcionando uma melhor leitura do documento.

Outro ponto positivo é a rapidez da reprodução das mídias (suportes) e a possibilidade de acessar os arquivos a milhares de quilômetros de distância, através da Internet. Além disso, a qualidade da reprodução evita o contato excessivo de consulentes aos documentos originais, proporcionando o aumento da vida útil do material e, conseqüentemente, das informações contidas nas fontes. A digitalização tem como produto final de seu processo de produção, arquivos duráveis de imagens de alta resolução, cuja reprodução rápida é sempre isenta de ruído e de perda de informação, ao contrário dos suportes em película (microfilmes), que podem ser danificados, ainda que tenham cópia de segurança. Embora os suportes digitais (CDs, CD-ROMs, DVDs etc) tenham uma durabilidade muito inferior ao de alguns tipos de película de microfilme, o baixo custo, a velocidade e a capacidade de reprodução em grande volume simultaneamente são considerados uma incomensurável vantagem da digitalização sobre a microfilmagem, ainda que para esta haja respaldo na legislação brasileira como “cópia legal válida”; no entanto já há projetos de lei tramitando no Congresso Nacional em prol da “legalização” das reproduções digitais.

Os custos da digitalização valem o investimento na preservação dos documentos nos acervos dos arquivos, museus e bibliotecas e já são hoje inferiores e mais simples, tanto na produção, quanto na preservação dos suportes, aos da microfilmagem. O processo de produção de um arquivo digital é praticamente o mesmo da produção da imagem microfilmada: a captação da imagem de um documento através de uma fotografia, utilizando iluminação e outras condições adequadas, embora com equipamentos diferentes. Uma única equipe, com um laboratório básico e bem aparelhado, com computadores, scanners, câmeras digitais e programas avançados de tratamento de imagens, pode dar conta da reprodução de todo um acervo, com milhares de documentos, em pouco tempo. Se, aliada a esta equipe de digitalização, a instituição possuir outra equipe voltada à higienização, catalogação e à correta aclimatação e acondicionamento dos documentos, bem como à manutenção das cópias de microfilmes ou arquivos digitais, estará prestando um grande serviço à comunidade científica, preservando seu acervo para futuras pesquisas, sem prejuízo dos documentos originais e democratizando o acesso às informações contidas nas fontes a um número maior de pesquisadores, em diversas localidades, mais rápida e eficientemente.

Microfilmagem e Digitalização de Documentos Manuscritos e Iconográficos

1 – O que é a microfilmagem?

A microfilmagem é a preservação de documentos, no caso, de suas imagens e, portanto, seus conteúdos, através de fotogramas em películas (o microfilme), que são fotos em tamanho reduzido. Uma vez captada a imagem do documento, o original pode ser guardado ou descartado, conforme for o caso, e o microfilme fica guardado para perpetuação da informação contida e para consulta e reprodução quando necessário. Alguns tipos de película podem durar até 500 anos, portanto, o microfilme é um dos meios mais duráveis de preservação (quando preservado e manuseado de forma adequada), mais ainda que o papel dos documentos originais. Quando a película chegar ao fim de sua vida útil, um outro poderá ser feito a partir do primeiro. Uma grande quantidade de documentos pode ser guardada em um único rolo de microfilme; há, portanto, uma economia no espaço físico, se essa for a necessidade. Evita-se, também, o manuseio excessivo nos documentos originais que vão sendo danificados ao longo dos anos pelo uso; o microfilme, se guardado e utilizado da maneira adequada não apresenta esse problema. A microfilmagem, até o momento, é a única técnica de guarda de imagem legalmente reconhecida no Brasil.

2 – O que é a digitalização?

A digitalização é, a exemplo do microfilme, a captação da imagem do documento. No entanto, enquanto o microfilme funciona com a armazenagem da imagem num rolo de filme, a digitalização, a partir de uma fotografia digital ou escaneamento, armazena a imagem em suportes eletrônicos de computadores, CDs, DVDs etc. Da mesma forma que em microfilme, as imagens armazenadas digitalmente podem ser acessadas e reproduzidas sem prejuízo na qualidade da informação e da própria imagem. Há ainda a vantagem de, no processo digital, trabalhar-se a qualidade da imagem captada; no processo do microfilme esta propriedade evolui mais lentamente. Quanto à durabilidade dos suportes (mídias) digitais, estes são muito menos duráveis que o microfilme, entretanto, a sua reprodução em novas tecnologias e suportes mais modernos, ou mesmo para mídias iguais, é tão mais fácil e rápida que compensa esta pequena imperfeição, que, em breve, poderá ser superada. A preservação digital ainda não tem respaldo legal, mas há projetos de lei nesse sentido tramitando no Congresso Nacional e, em breve, o meio digital terá o mesmo status que o microfilme.

3 – As vantagens da microfilmagem/digitalização (sua importância e utilidade).

- a.** Preservação material da documentação original, poupada do manuseio excessivo e danoso e, em caso de incêndio ou outro evento, as cópias de segurança guardadas em diversos locais garantem que o acervo nunca se perderá (perpetuação do acervo institucional).

- b.** Preservação do conteúdo (importância empresarial, institucional, histórica, sociológica etc).
- c.** Consultas, reproduções rápidas e vendas de exemplares em papel, em suporte digital ou pela Internet, sob demanda (geração de lucro e custeamento para permanente preservação; economia de tempo e encargos com atendimento demorado a consulentes).

4 – Como se dá o andamento do projeto?

- a.** Levantamento do acervo a ser microfilmado/digitalizado.
- b.** Seleção e definição dos documentos a serem microfilmados/digitalizados (delimitação temporal, importância etc).
- c.** Recolhimento, catalogação e preparação da documentação selecionada para o laboratório de microfilmagem/digitalização caso o mesmo não seja instalado na sede da empresa.
- d.** Preparação dos documentos, higienização (quando necessário), microfilmagem, digitalização, tratamento das imagens e testes técnicos de qualidade de utilização, reprodução e preservação.
- e.** Reprodução das cópias de segurança.
- f.** Transferência e reprodução das imagens para os suportes (mídias).
- g.** Devolução da documentação original.
- h.** Entrega das matrizes (microfilme/digital) e das cópias de segurança devidamente catalogadas para a acessibilidade e reprodução de cópias.

5 – Prazo estimado para a realização e conclusão do projeto, além da montagem da equipe de trabalho.

6 – Custo estimado para a realização do projeto (recursos humanos e materiais).

Origem e Evolução dos Estudos Paleográficos²

O nascimento da Paleografia deu-se no século XVII. Na Idade Média e Renascimento aparece razoável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc), mas sem pretensões de tratados críticos e não se preocupando em estabelecer uma classificação científica ou a determinação da antigüidade das escritas.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) vem provocar um intenso labor em terreno da disciplina, devido a uma verdadeira avalanche de documentos falsificados que exigem de juízes e tribunais um exaustivo trabalho de crítica. Controvérsias e polêmicas ocorreram na Alemanha, Itália, França e Inglaterra sobre direitos feudais e eclesiásticos, cujos documentos depositados em arquivos particulares e nos mosteiros foram qualificados de falsos. Foi o que se denominou de “guerra diplomática”. A Paleografia em si surgiria logo após, como veremos. A sua história pode ser dividida em dois períodos: o de formação (fins do século XVII e primeiro quartel do século XVIII) e o de afirmação (daí até nossos dias).

Primeiro Período

Logo no início a Paleografia confunde-se com a Diplomática. Elas vão desabrochar graças a uma polêmica entre religiosos. Assim é que os padres da Companhia de Jesus haviam formado em Antuérpia um grupo encarregado da publicação de uma fundamental coleção sobre a vida de santos: os *Acta Sanctorum*. Os planos iniciais foram do padre Heribert Rosweyde (1569-1629), cabendo ao jesuíta belga Jean Bolland (1596-1665) a iniciativa da publicação dos primeiros volumes, dando, também, nome ao grupo que se dedicava à grande tarefa de “bollandistas”. Foi seu colaborador e sucessor o padre holandês Daniele Van Papenbroek (1628-1714), que esteve em Roma, em 1661, apresentando ao Papa Alexandre VII os seus planos. Em uma viagem, tendo de permanecer em Tréveris (Alemanha), visitou arquivos de mosteiros e igrejas, constatando a existência de alguns documentos falsos. Prosseguindo em suas pesquisas, publicou, em 1675, o *Propylaeum antiquarium circa verí ac falsi discrimen in vetustis membranis* (Princípios introdutórios para a discriminação entre o verdadeiro e o falso nos documentos antigos), como prefácio ao segundo volume dos *Acta Sanctorum*.

Tratava-se de uma rigorosa crítica diplomática que impugnava a validade de boa parte dos documentos conservados nos arquivos dos mosteiros beneditinos franceses, especialmente os da Abadia de Saint-Germain-des-Prés, próxima a Paris e habitada pelos monges da Congregação de São Mauro. Assim, esta obra também dava as normas da crítica diplomática. A secular tradição beneditina ficava, portanto, abalada em seus fundamentos. Um de seus membros, D. Jean Mabillon (1632-1707), durante seis anos preparou a defesa, publicada em 1681, sob o título *De re diplomática libri VI*. A obra refuta a de Papenbroek e foi recebida com grande admiração pelo próprio opositor, assinalando o nascimento da Diplomática e da Paleografia. Baseado em grande acervo de manuscritos e diplomas, estabelece o autor os princípios básicos

² Reproduzido de BERWANGER, Ana Regina; Leal, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e diplomática*. 2. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 1995. pp. 12–15.

da Diplomática. Nos quatro últimos capítulos encontra-se assunto realmente paleográfico: matéria base da escrita antiga e, sobretudo, uma classificação sistemática das escritas. O trabalho é considerado o primeiro tratado de Paleografia, muito embora sofresse várias contestações de contemporâneos, por exemplo, as do Pe. Bartolomeu Germon (1663-1718) e Jean Hardouin (1646-1729), sem que, todavia, fosse afetado o seu imenso valor. Na obra de Mabillon ainda não aparece o termo paleografia, cabendo a Bernard Montfaucon (1655-1741), também maurino, a honra de introduzi-lo por ocasião da publicação de seu livro *Paleographia Graeca sive de ortu et progressu Litterarum* (1708). Mabillon é considerado o pai da Diplomática Moderna e também da Paleografia.

A obra de Mabillon despertou interesse em outros países, provocando o aparecimento de livros semelhantes, como o de José Perez (1688) na Espanha, o de Thomas Madox (1702) na Inglaterra e o de Johan Georg Gotftied Bessel (1732) na Alemanha.

Na Espanha, além de José Perez, destacam-se Jesus Muñoz y Rivero, Augustin Millares Carlo e Zacarias Garcia Villada.

Na Itália, a Ciência toma novos rumos com Scipione Maffei (1675-1755). Ele descobriu na Biblioteca de Verona velhos códices com escritos de várias épocas, e em seu livro *Istória Diplomática che serve d'introduzione all arte critica en tal matéria* (Mantua, 1727), lança as bases de nova classificação, dando como origem de todas as escritas a romana, sob três formas: maiúscula, minúscula e cursiva. Desta forma, abriram-se novos horizontes para a Paleografia.

As obras de Mabillon e Maffei foram, posteriormente, revistas e completadas pelos maurinos Charles François Toustain (1700-1754) e René Prosper Tassin (1697-1777), que desenvolveram as teses de Mabillon, terminando com as discussões e controvérsias.

Segundo Período

Na segunda metade do século XVIII, os estudos paleográficos tomaram vulto e passaram a constituir cátedras universitárias.

Na Alemanha, em Gottingen (1765), foram organizados os “seminare” dirigidos pelo professor Johann Christophe Gatterer (1727-1799), que procurou classificar as escritas segundo as leis de Lineu (regna, classes, ordines, series, partitiones, genera, species). Lá, também, entre os seus sucessores, Carl Traugott Gottlob Schonemann (1765-1802) proclamou a Paleografia e a Diplomática independentes, apresentando, ainda, nova classificação para a escrita latina (maiúscula e minúscula).

Na Itália, apareceram as famosas Escolas Superiores de Paleografia em Bolonha, Florença e Milão, que datam de 1765. Destacam-se em tais centros os estudiosos: Adimari, Fumagali, Signorelli, Schiaparelli etc. A iniciativa na França, em 1821, da famosa “École (Royale) des Chartes”, é que dará notável incremento a tais estudos. Nesta escola grandes estudiosos vão pontificar, inclusive Maurice Prou.

A “Escuela Superior de Paleografía y Diplomática” surgiu na Espanha em 1838. A Áustria, em 1854, fundou o seu “Instituto de Paleografía” enquanto a Inglaterra, só em 1873, criava a sua “Paleographical Society”.

Finalmente é de se ressaltar três fatos importantes que caracterizam o novo período na história da Paleografia, isto é, o período moderno iniciado em fins do século XVIII e desenvolvido no começo do século XIX:

- a) a Paleografia latina afirma-se como ciência distinta das outras;
- b) é aplicada a fotografia na reprodução dos fac-símiles;
- c) novos materiais paleográficos são descobertos, inclusive palimpsestos.

Após o final da primeira metade do século XX, a Paleografia passou a ser vista como uma técnica, com fins mais pragmáticos e objetivos, cada vez mais incorporada aos currículos universitários, deixando de ser uso exclusivo e domínio de poucos.

TIPOS CALIGRÁFICOS

Do grego *kalos*, "belo" e *graphein*, "escrever", a palavra *caligrafia* designa a arte de escrever à mão segundo regras e modelos.

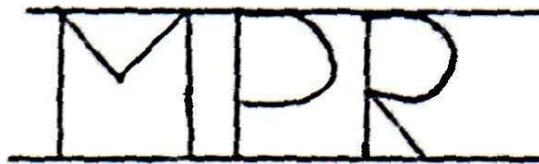
Como nosso alfabeto veio do alfabeto latino, cabe estudar aqui os diversos tipos caligráficos ou tipos de escrita registrados na Paleografia Latina.

Divisão das Letras

As letras se configuram de modo diverso, segundo sua dimensão e altura ou conforme o maior ou menor cuidado na sua redação.

Quanto à dimensão e altura dos sinais, as letras podem ser:

a) maiúsculas – as que têm a mesma altura e estão incluídas entre duas linhas paralelas:



b) minúsculas – menores, sua altura está determinada por quatro linhas externas:



Quanto ao maior ou menor cuidado na execução, a letra pode ser:

a) redonda ou sentada – traçada com capricho e lentidão, era usada em manuscritos literários, científicos e litúrgicos;

b) cursiva – traçada com rapidez e descuido.

Tipos de Caligrafia

Escrita Capital

Do latim *caput, capitis*, "cabeça", a escrita capital era usada na parte superior dos textos, nos títulos e início das frases, como atestam documentos do século II e III d. C.. Daí o nome "capital". As letras tinham tamanho idêntico e dividiam-se em:

a) Capital quadrada ou lapidária: os traços eram verticais, fazendo ângulos retos com os traços horizontais – por isso o nome quadrada. Escritas nas lápides, monumentos e dísticos, essas formas se conservaram através dos tempos e hoje são conhecidas como letras de forma ou de imprensa.

Eram assim caracterizadas:

- a) letras maiúsculas;
- b) todas as letras da mesma altura, exceto o *F* e *L* que excediam um pouco as demais;
- c) traços harmoniosos e elegantes;
- d) a palavra *que* era abreviada: *q*;
- e) o "a" apresentava-se sem o traço horizontal.



CRICOLA HIBERNOLA ET ISSIMA PYLVIREA
 LATVS AGER NVLLOITANIVM SEMOESIA CVLTV
 IACIA ET IPSASVASMIRANIVRGARGARAMESSIS
 QVIDDICAMIA CIOQVISEMINECOMMINVSARVA

b) Capital rústica: derivou da capital quadrada. Os escribas, tentando escrever mais correntemente, foram alterando os caracteres, encurvando os traços, desobedecendo os traçados dos ângulos retos. Daí as seguintes características:

- a) letras mais altas e estreitas;
- b) além do *F* e *L*, o *B*, *G*, *Q* eram maiores;
- c) tendência ao arredondamento;
- d) *A* sem traço;
- e) *v* tendendo para *u*.

QUI QUIDI DESTI MIODANAOSIT DONA FERENTIS
 SICTAVSVALIDISINGENTEMVIRIBVSHASTIAM

Escrita Uncial

Resultou do arredondamento da rústica. Recebeu este nome porque se assemelhava ao arredondamento da unha (o termo vem do latim: *ungula*). Outros autores dizem que vem de polegar (em latim: *uncia*). Aparece mais ou menos no século IV ou V d.C. e era utilizada em livros e documentos. Podia ser reconhecida pelas configurações que seguem:

- a) letras maiúsculas (quase todas provenientes da capital rústica);
- b) arredondamento das letras;
- c) *H, Q* - com hastes acima e abaixo da linha geral;
- d) formas típicas da escrita uncial: *a, d, e, m*;
- e) começa-se a notar a influência da cursiva.

CLAMORINDEORISUI
SIGNAPROFERRIUE
RENIDUCERENIQUEAD
PERSEQUENDOSHOSTIS

Escrita Semi-Uncial

Nem bem uncial nem cursiva, mas dos dois tipos, surgiu devido à influência da cursiva. Usada em anotações marginais ou interlineares, era traçada com caracteres menores. Apresentava:

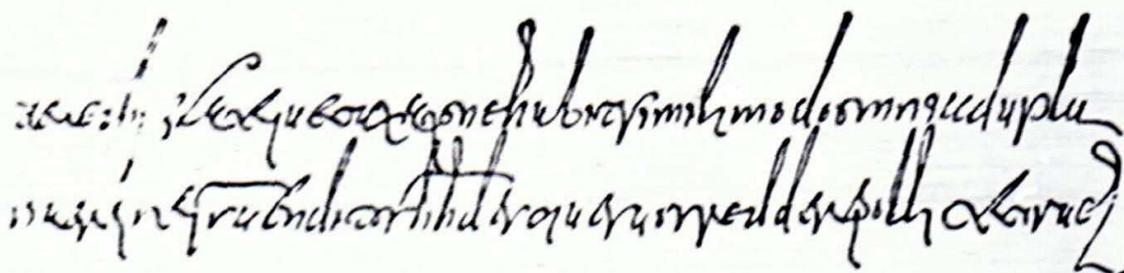
- a) letras minúsculas;
- b) "a" fechado;
- c) a letra *G* como um 5 de cabeça para baixo.

XIITTAHIMOI'NII
TUM; INCREPIWIO
MANDACIEI'CONFU
RAEMULTTUDINIHO

Escrita Cursiva.

É a escrita corrente. As letras começam a ligar-se umas às outras devido ao desejo de escrever mais depressa e da preguiça de se levantar a mão. Usada também em documentos e livros, chamava-se ainda minús-

cula cursiva. Modificava-se conforme o material de escrita. Existiam vários tipos. A escrita minúscula cursiva vai originar as chamadas escritas nacionais.

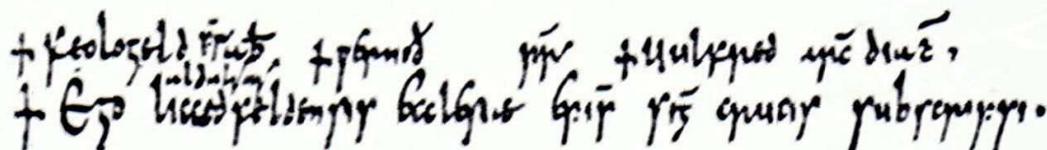
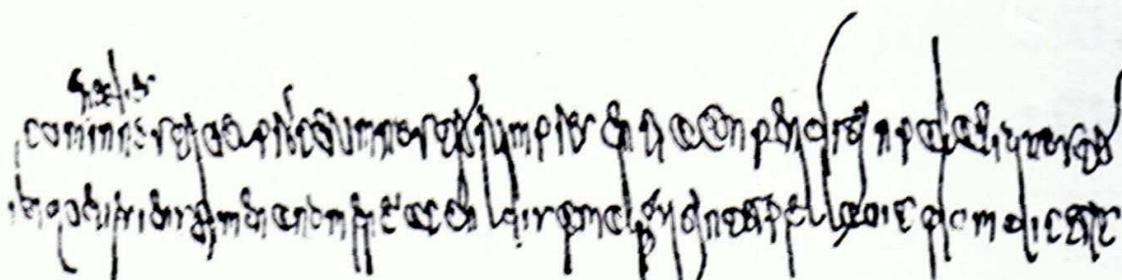


Escritas Nacionais

Cada região utilizava um tipo de cursiva e a adaptava. Portanto esta escrita, que derivava da minúscula cursiva e do latim, vai adquirindo particularidades segundo o local em que se desenvolve. As assim chamadas escritas nacionais floresceram na Itália, França, Espanha, Inglaterra, Irlanda e Portugal.

São exemplos de escritas nacionais:

- a) a escrita merovíngia, na França (Gália);
- b) a escrita visigótica, na Espanha e em Portugal;
- c) a escrita lombárdica ou longobárdica, na Itália;
- d) a escrita beneventana, no sul da Itália;
- e) a escrita anglo-saxã, na Inglaterra;
- f) a escrita irlandesa, na Irlanda;
- g) a escrita carolíngia ou minúscula carolina, na França.



A mais importante das escritas nacionais, a **escrita carolíngia ou carolina**, surgiu, conforme indica seu nome, do latim *Carolus*, "Carlos". Foi criada no mosteiro de São Martinho, na cidade de Tour (França), e usada entre os séculos IX e XII. Esta forma caligráfica assinala ponto culminante na

história da escrita latina e vai influenciar grandemente as outras escritas nacionais. Sua forma elegante persistiu como escrita livresca ou documental até a invenção da imprensa. A escrita carolíngia foi trazida para Portugal pelos padres da Ordem de Cluny e apresenta as seguintes características:

- a) letra minúscula;
- b) arredondada, hastes baixas;
- c) formas regulares, simples, claras, sem rebuscamento.

abcdefghijklmnop
qrstuvwxyz

Escrita Gótica

Uma variação da escrita carolíngia é a gótica, surgida mais ou menos no século XII, na qual é redigida a carta de Pero Vaz de Caminha.

A escrita gótica caracterizava-se pelo traçado rápido, pela tendência à união das letras, que eram mais angulosas, com hastes caídas para a esquerda e por traços longos e finos envolvendo a letra.

per officium nūe bñdictionis **H**anc fidē ver
ta et multiplicā bonorū optum fructu ad co
ronam pervenias utriusque perpetuū ipō largiā

Usada em Portugal mais ou menos do século XIII ao XVI, a escrita gótica teve, em seu final, basicamente três variações:

- a) Gótica cortesã

Foi adotada nas cortes desde meados do século XIV, quando a escrita cursiva se complica, tornando-se arredondada, ligada e mais fina. Era apertada, miúda, muito ligada e com poucas abreviaturas. Os riscos finais se prolongavam em forma curva. Foi escrita usual em Portugal no século XV e parte do XVI.

b) Gótica processual

Degenerescência da cortesã, a escrita gótica processual era usada em documentos judiciais e processos públicos. Apresentava tamanho maior, com muitos enlaces e irregularidade na separação das palavras. Traçada com rapidez e descuido e total falta de critério, a letra era da pior qualidade.

... do val gaffre pedrolona? Chm ... de letcha
 ... de for amba Cal ...
 ... de ...
 ... de ...
 ... de ...
 ... de ...

c) Gótica encadeada

Devido à degeneração da escrita e porque foi se enredando cada vez mais, apareceu a escrita encadeada. Linhas inteiras eram escritas sem se levantar a pena do papel. Usada pelos notários, a letra gótica encadeada é de difícil entendimento.

Registra-se em Portugal no século XVI e parte do XVII – época de certa involução da escrita portuguesa.

... em ...
 ...
 ...
 ...
 ...

Escrita Humanística

Seu berço foi a Florença, tendo sido introduzida na Península Ibérica a partir do final do século XV.

A escrita humanística foi uma reação dos intelectuais e artistas do Humanismo (séculos XV-XVI) à escrita gótica, então em uso, por esta representar a cultura medieval que tanto combatiam. Gerada com base em outra escrita que pensavam ser de origem clássica romana, sabe-se hoje que esta escrita original não era clássica romana, mas a pura escrita carolina ou carolínea, a mais típica da Idade Média.

A maioria da documentação brasileira está registrada em letra humanística.

quel. procure con diligencia de pnia. officios idones vltitien
tes allí para la effedicion delos negcios como para la administraci
on delos officios. a los quales se parva y particularmente encomi
ende el officio. que oñete cada uno de administrar y regir. guardã
do empero cuello. por lo que conuene a la duedion y allicio de los
negcios. el de uide grado y orden conueniente delos officiales. Por
que entonces se a los officios bien regidos. quando la orden de dif
ferencia. que enue ellos ay. fiere guardada. de manera que los me

*no fiando del cuerpo su contrario
por que en gañador y sigue siempre
a quello que le daña y causa muerte
me trãndose en los vicios Van vicioso
que no sabe. Otra cosa sino el Vicio*

Alguns Problemas no Exercício da Paleografia³

Em seus trabalhos, Yedda Dias Lima discorre sobre a função do paleógrafo e coloca que, embora caiba a este profissional a leitura e a transcrição do documento [paleo + graf (o) + ia = estudo da escrita antiga], há estudiosos que atribuem ao paleógrafo a responsabilidade de datar, estabelecer origem e procedência dos textos e também fazer a crítica à sua autenticidade. Outra questão que Yedda Dias Lima rebate é a associação direta entre “paleografia” e “antiguidade”, como se as duas palavras fossem sinônimas. São duas áreas distintas, e a discussão contemporânea já transcendeu esses limites: manuscritos literários ou documentais que apresentam dificuldades de leitura passíveis de algum tipo de interpretação são objetos da Paleografia; e a interpretação está ligada às dificuldades que o documento apresenta. Em seus estudos, Mendes dedica-se a analisar os problemas com papel, tinta, vocabulário, abreviaturas, caligrafia, tentativas de adulteração ou falsificação (MENDES, 1952, p. 4). Essas são as questões que trataremos a seguir.

Em relação ao **papel**, a dificuldade está ligada à absorvência do material. A absorção da tinta no momento da escrita ou posterior a ela, pela questão da umidade, torna a leitura difícil. Isso ocorre porque o papel absorve a tinta, esparrama-a no tracejado das letras e o que sobra é um borrão. O estado do papel é o segundo problema. A ação nociva das traças, conforme o dano causado, torna impossível a recuperação do documento. O papel ainda pode apresentar folhas grudadas. Isso às vezes acontece devido à umidade do ar e também pela ação do tempo. Descolar as folhas e executar o tratamento necessário é um trabalho de extrema paciência e de aplicação de técnicas que exige a intervenção de profissionais da área de conservação e restauro.

No que se refere à **tinta**, os problemas relacionam-se com a sua qualidade e o seu estado. É preciso atenção com o grau de corrosão, tanto no seu aspecto natural quanto nas possíveis misturas a que foi submetido o papel, como, por exemplo, com o uso de inseticida. Em relação ao estado da tinta, ela pode apresentar-se de forma “descorada”. Para a tinta descorada pela luz ou umidade é que os paleógrafos antigos usavam processos químicos de revivescência. Com esse procedimento, a tinta apresentava novo vigor, mas o processo trazia a complicação de manchar o papel e impossibilitava a leitura para os paleógrafos contemporâneos. O Arquivo Público do Estado de São Paulo, para resolver esse problema, foi o primeiro a usar o ultravioleta. Essa luz tem uma incrível peculiaridade: consegue fazer o papel, como substância orgânica, tornar-se fluorescente, exceto nos pontos onde há depósitos metálicos. A tinta, em regra geral, deixa sedimentos de ferro e, portanto, o papel não se torna fluorescente nesses lugares. Fica então o papel todo claro com as letras em traços escuros. Assim, algumas vezes consegue-se ler documentos que estão absolutamente em branco somente com a ajuda de luz comum. Com a aplicação da luz ultravioleta, a folha fica fluorescente, e o tracejado da tinta, já bastante apagada, em negro (MENDES, 1952, p. 11).

³ Reproduzido da apostila da Oficina de Leitura Paleográfica de Documentos I, do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: APESP / Associação dos Amigos do Arquivo, 2008. pp. 06-08.

Ubirajara Mendes também nos alerta que, em relação ao desconhecimento do **vocabulário** da época em que foi escrito o documento, é preciso conhecer a terminologia então vigente mesmo que a caligrafia seja explícita, pois podemos nos deparar com palavras nunca ouvidas, ou ainda com sentido desconhecido.

A grafia também é um problema. Palavras com escrita de outra época, como por exemplo “phtysica”, “foy”, “titollo” e as abreviaturas; também apresentam algumas peculiaridades. Há **abreviaturas** conhecidas atualmente, pois se mantiveram, como: “PP” (papa) e “A.D.” (Annus Domini). No entanto, há outras absolutamente irreconhecíveis para a maioria das pessoas, como: “liça” ou “lissa” (licença); “va” (vila); “Irmo” (Jerônimo ou Hyeronimo), “XP.” (Cristo); etc. Outro exemplo mais distante no tempo seriam as palavras com letras dobradas, como “Lluis”, “Llobo”, além de outras com “T”, como “Justtiça”, “quittação”. O emprego do “R” (maiúsculo) é particularmente interessante. Era utilizado no princípio de palavras – “Rrés”, “Rrol” –, para reforçar a tonicidade dessa consoante. No caso da **caligrafia**, os problemas vão desde a falta de pingos nos “is” até a ausência de pontuação, que é algo relativamente recente na história da humanidade, a Grécia Antiga, por exemplo, não a usou.

Há também a possibilidade de encontrar as frases com todas as palavras ligadas. O Prof. Dr. Antônio Paulino de Almeida coloca em um de seus textos que as frases podem aparecer como desenhos ou ainda como a ligação de palavras ou de partes de uma palavra com a seguinte. Há muitos casos em que somente uma palavra é dividida em três partes, das quais a primeira e a última sílabas ficam unidas às palavras anterior e posterior, enquanto que a parte do meio fica isolada (ALMEIDA, 1952, p. 19).

A extensão é um outro elemento a ser considerado. Por exemplo, num texto longo, você pode encontrar uma letra, à primeira vista, indecifrável, que se repete numa frase posterior, e num esforço de comparação conseguir decifrá-la; já num pequeno bilhete essa estratégia de comparação não apresenta a mesma eficácia.

Um caso muito comum é o aparecimento de palavras desconhecidas. Nos inventários dos séculos XVI e XVII surgem palavras de origem afro-índicas, como “chapim” (antigo calçado de sola alta); “barregana” (espécie de tecido); “pereoleira” (vasilha de barro para conservar azeitonas) etc. Também podemos nos deparar com sobrenomes de mulheres no feminino como “esposa de João Leitão”, “Maria Leitoa”; “Pedrosa” em vez de “Pedroso” e “Cardosa” em vez de “Cardoso” são bastante comuns.

Outro problema para o paleógrafo é a tentativa de **adulteração** ou **falsificação** do documento. Em relação aos documentos, as falsificações mais comuns são os chamados “grilos”, ou seja, alteração de limites de terra, de recibos de venda de propriedade ou ainda apresentação de documentação forjada.

A origem da expressão é controversa. A mais razoável parece estar relacionada com o próprio inseto. Os grilos atacam tudo, alimentam-se inclusive de papéis. Diz a lenda que, no interior, falsificadores escreviam num papel limites falsos de terrenos e punham o papel entre tijolos no quintal. Sobre as bordas que “sobravam” do meio dos tijolos, jogava-se açúcar, o que atraía o grilo. Depois de comido, o papel ficava com um aspecto de “bichado”.

Alguns cuidados podem ajudar a reconhecer um documento falso. A escrita feita com pena metálica, por exemplo. No Brasil, essas penas só Chegariam em fins do XIX. Portanto, documentos de 1824-1825 não poderiam ter sido escritos com esse material.

O envelhecimento do papel ainda é uma das falsificações mais comuns e simples: coloca-se o papel sob o sol por algumas horas; ele amarelece e, num primeiro olhar, parecerá um papel “antigo”; no entanto, colocado entre papéis realmente “velhos”, haverá diferença na coloração. Os verdadeiros documentos velhos sofrem um processo químico natural cujos resultados são um amarelamento e um envelhecimento diferentes daqueles obtidos pela ação do sol.

Em relação à falsificação de documentos, existem ainda aspectos mais técnicos da questão. No entanto, optamos por apontar somente alguns dos problemas enfrentados pelos paleógrafos, pois dessa forma poderemos tornar a prática da Paleografia mais familiar para o público em geral.

Normas Técnicas Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos⁴

Objetivo: Esta norma fixa diretrizes e convenções para a transcrição e edição de documentos manuscritos.

Destina-se a unificar os critérios das edições paleográficas, possibilitando uma apresentação racional e uniforme.

1. Grafia

Quanto à grafia seguir-se-ão os seguintes critérios:

1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos pronomes proclíticos (**madê, selhedê**), mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (**meteremselhe, procurase**).

1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independente de seu valor fonético.

1.3 O **s** caudado duplo será transcrito como **ss** e o simples como **s**.

1.4 O **R** e **S** maiúsculos, com som de **rr** e **ss** serão transcritos **R** e **S** maiúsculos, respectivamente.

1.5 As letras ramistas **b, v, u, i, j** serão mantidas como no manuscrito.

1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

1.7 Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [*sic*] entre colchetes e grifada.

1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade, ou de fácil reconhecimento, poderão ser mantidas.

1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, &r^a = etc.; IHR = Christus.

1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de **m** ou **n**, será mantido.

1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].

1.14 A acentuação será conforme o original.

1.15 A pontuação original será mantida.

1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

⁴ Disponível In: <<http://www.arquivonacional.gov.br/normas.htm>>

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

2. Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [*ilegível*].

2.3 As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroído entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número: [*corroídas ± 6 linhas*].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que completam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais <...>.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicados em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou em seqüência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3. Assinaturas e Sinais Públicos

3.1 As assinaturas em raso ou rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [*senal público*].

4. Documentos Mistos

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui os formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas etc.

5. Selos, Estampilhas etc.

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados e desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [*estampilha*].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [*estampilhas*].

6. Referências

- 6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de datação e resumo de conteúdo.
- 6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.
- 6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, 2ª via etc.

7. Apresentação Gráfica

- 7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.
- 7.2 Será respeitada a divisão paragrafada do original.
- 7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3], [fl. 3v].
- 7.4 Se o original não for numerado caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos entre colchetes e em grifo: [fl. 4], [fl. 4v].
- 7.5 As folhas em branco serão indicadas entre colchetes e em grifo: [fl. 13, em branco].

8. Observações

- 8.1 Toda edição deverá ser precedida de um texto preliminar em que se indicará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.
- 8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.

Comissão de Sistematização e Redação do I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica:

(São Paulo: 28 e 29 de novembro de 1990)

Antonio Houaiss - Academia Brasileira de Letras

Heloisa Liberalli Bellotto - Instituto de Estudos Brasileiros/USP

Jaime Antunes da Silva - Arquivo Nacional - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

João Eurípedes Franklin Leal - Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO

Maria Helena Ochi Flexor - Universidade Federal da Bahia

Roseli Santaella Stella - Faculdade Cruzeiro do Sul (SP)

Yedda Dias Lima - Instituto de Estudos Brasileiros/USP

LEITURA PALEOGRÁFICA DE DOCUMENTOS

ABECEDÁRIO DE MANUSCRITOS

letra maiúscula	m. maiúscula	letra minúscula	m. minúscula
A		a	
B		b	
C		c	
D		d	
E		e	
F		f	
G		g	
H		h	
I		i	
J		j	
K		k	
L		l	
M		m	
N		n	
O		o	
P		p	
Q		q	
R		r	
S		s	
T		t	
U		u	
V		v	
W		w	
X		x	
Y		y	
Z		z	

Índice dos Documentos

1. Avisos – Cartas Régias – Patentes, Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C00421, (1802).
2. Minas de Ouros e Ferro – Casa de Fundição – Almoxarifado, Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C00347, (1721-1815).
3. Idem.
4. Documentos Avulsos de 1775, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
5. Idem
6. Maço de População de Itú, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
7. Autos Cíveis, Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C003307.
8. Inventário Jerônimo de Crasto Guimarães, Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C003287.
9. Autos Cíveis, Arquivo Público do Estado de São Paulo, ordem C003308.
10. Idem.
11. Registros Paroquiais de Conceição dos Guarulhos. Arquivo do Estado de São Paulo, livro 156, (1856).

239
 Bando pelo qual se faz publico ter-se
 mandado abrir a lara da Fundicaõ.



Dom Luiz Antonio de Souza e Botelho Mouraõ, Morgado
 de Marauy, Fidalgo da lara de e. Mag. e do seu Conselho, e Senhor Do-
 natario da Villa de Ovelha de Marauõ, Alcaide mor, e Comendador da
 Comenda de e. Maria de Vimiofa da Ordem del Christo, Gov. actual
 do Castelo da Barra de Vianna, Gov. e Cap. gen. da Capitania de
 São Paulo &c.

Porquanto em conformid. das Reaes Ordens de sua
 Mag. e representaçãõ, que me fez por diferentes vezes a Camara,
 e povo desta Cid. tendo reestabelecido a lara da Fundicaõ, que se tinha
 mandado abolir: Ordeno a toda a pessoa, de qualquer qualidade,
 que se seja, que tiver ouro empiõ, ou de estrota, seu, ou akeyo, que
 do ora se faze do Cor. mez em diante, ou venha fundida a lara
 para nella pagar o quinto a e. Mag. Conforme a deys, e Ordens,
 que são nesta materia; e que farão de baixos das penas, que são
 pelas meymas deys, e Ordens, se a laraõ estabelecida, para os que
 o contrario fizerem.

Para que chegue a noticia de todo o man-
 do de fazer este bando, a toque de caixa, pelas ruas desta Cidade,
 que se afixará na porta da lara da minha residencia, depois
 de registado na Secretaria deste Governo, noy da dita lara da Fun-
 dicaõ, e mais partes a que tocar. Dado nesta Cidade de São
 Paulo aos 16 de Setobr. de 1772. Tomaz Pintado e Silva,
 Secretr. do Governo a fez escrever / Dom Luiz e Ant. de Souza.

Ilmo Exmo Sr.

Atibaia

1775

7-5-2

Olla preciosa em que se cria esta Villa de São João de Atibaia
 delm official de Mayor patente Como se ade Cap^{am} M^{or} para que
 Commaij prontidam se p^{ra} dar execuam ap^o Seny de Sua Mage
 edel. Ex^{ca} e juntamente das providenciã das Cap^{as} que a Comarca tem
 nesta Villa, e se cuterms que Consta de duas Freguesias e Com g^o de
 Meunhos de p^oro. Subsciamy al. Ex^{ca} da parte do mesmo P^oro n^o
 do Corra Com a providenciã que se sup^osciamy para o que ja nomea
 mo para Cap^o M^{or} a saber M^{or} Luiz de Siqueira Francisco e Antonio
 Tomalvey da Cunha e do Barde M^{or} Lourenço de Brito Sene. e
 para Sarg^o M^{or} Lourenço Franco de Camargo e Alen^o José de Godoy
 e al^o os outros de Cap^o Guim^o e por este nomeado se fuzeram mercaderes
 e al^o Com a correim e p^obremeria e p^oredicada e necessaria para o em
 prego de que se o Emp^o della elegerã e que for servido.
 Por esta providenciã do P^oro e del^o nomeado se fuzeram g^oraty
 a o ben^o g^oraty e o g^oraty de g^oraty a D^o pella Villa e haude del^o Ex^{ca}.
 Com a o g^oraty e o g^oraty de g^oraty. O mesmo Ex^{ca} al.
 Ex^{ca} da Villa de São João de Atibaia. Em a mesa de del^o M^{or} de
 1775.

Del. Ex^{ca}.

Atibaia, 1775
 Manoel de Souza
 João de Camargo
 Fran. da Silva
 Francisco



Continua a 2.^a Esquadra

Inaquim de Santa Anna Freytes, Solteiro	17 an.
José Antunes de Mattos Carado	55
José Antunes de Mattos Solteiro	14
Francisco da Cruz Solteiro	59
Manoel de Paiva Solteiro	42
Inaquim de Amaral Solteiro	18
José de Toledo de Viveyra, Carado	49
Fidório Gomes, Carado	67
Miguel Antunes de Viveyra, Carado	60
Eufrazio de Frias Solteiro	18
Felipe de Santiago Solteiro	14
André Moreyra Guim. Casado	46
Francisco de Almeida Lara Carado	55

3.^a Esquadra

Cabo de Esquadra

José Francisco de Vas. Solteiro	18 an.
Birrianno José Soares Solteiro	15
Manoel e José Pinheyro Solteiro	22
Antonio Francisco da Luz, Solteiro	20
Felipe de Campos Solteiro	15
Vicente de Mello, Carado	54
Jerônimo de Araújo, Carado	34
Francisco Dias, Solteiro	50
Vicente Dias, Solteiro	20
Vinício da Sylveira, Carado	52
Antonio Leite Moreyra, Carado	53
Pedro de Almeida, Carado	46
Antonio de Almeida, Solteiro	18
Vicente da Costa, Solteiro	19
Manoel da Costa, Solteiro	20
Pedro da Motta, Carado	40

Jo. Luiz Ordinario

Jo. Luiz Ordinario
Jo. Luiz Ordinario
Jo. Luiz Ordinario

Pal
Custaj
21300

Capitiam Ignacio Xavier Corat Cidadam
dista cidade de Sam Paulo nella e seu ter-
mo Juiz ordinario neste presente anno, por
bem da ordenacoem de sua Magestade que
Deos guarde de todos os escrivães, Des-
embargadores, Corregedores, Provedores
ouvidores, Contadores, Julgadores Juizes de
Fora, ordinarios, Justicias e seus officiaes
e mais pessoas deste Reyno, e de fora
de Portugal a todos aquelles a quem e
perante quem, e ante os quaes estami-
nra, e mais verdadeyra, esta de senten-
ça civil de assignacoem de dy dias extra-
dyda, e de sumida dos proprios auctores
e proceos delly em forma virem, e for
apresentada e verdadeyra condecim-
mento della com directo, e directamen-
te de sua, e seja de perdenca de seu effeito
devido, e inteiro cumprimento, e de
al excoisao della, e da minha parte
sepedir, e que reser. por qual quer via
forma maneyra, titulo, e rram, ou
documento que seja, a todos em ge-
ral, e a cada um em particular
e me a jurisdicoem em violly as bes



Número 1.

Palladas.

Copia da Declaração q. fazei p.º o registro Bernaldo José Francisco, e Domingos Antonio Rodrigues de hum sítio no Bairro do Taboão desta Districto como abaixo se declara.

Eu o abaixo assignado declaramos, que soumos digo, que come juntamente com diversos herdeiros soumos senhores, e possuidores de hum sítio denominado o - Jardim - no bairro de Taboão desta Districto desta Freguesia, cujo sítio possuímos por herança de Jacinda Eusebiana Buena de Toledo, de quem eramos Escravos, e cuja posse gosamos á trinta annos mais ou menos, e que as suas divisas são as seguintes a Comecendo no ribeirão de Taboão, seguindo a estrada atthe dar em hum valle velho, e seguindo o valle atthe dar em hum Craguathá, e descendo o Craguathá abaixo atthe sair no campo, e seguindo o mesmo Craguathá atthe dar no acude de Tanque velho, e descendo o ribeirão abaixo atthe desigua no Baquiruvim, e descendo o Baquiruvim abaixo atthe encontrar com o mesmo ribeirão de Taboão, Freguesia da Conceição dos Juarelhos disano de Agosto de mil oite cento e cinquenta e quatro. Bernaldo José Francisco = Arzo de Domingos Antonio Rodrigues por não saber escrever José Rodrigues da Cunha Junior = cada um se continha em dita declaração, em cujos exemplares lancei a seguinte nota. = Numero primeiro. Apresentado no dia disano de Agosto de mil oite cento e cinquenta e quatro José Vicente Palladas = a qual elle q. fizeo archivada vai lançada a data do registro que de a mesma supra. Freguesia de N. S. da Conceição dos Juarelhos 19 de Agosto de 1854.

185001
Palladas

José Vicente Palladas

n.º 2.

Copia da Declaração que fizei p.º o registro Antonio Pinto de hum sítio no bairro do Salgado desta Districto como abaixo se declara. =

Eu Antonio Pinto abaixo assignado sou senhor e possuidor

Bibliografia

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: Um Guia para Leitura de Documentos Manuscritos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.

ALMEIDA, Antônio Paulino de. “Deterioração da Escrita e Leitura Paleográfica”. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 10:107-126, fev. 1953 (São Paulo).

ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. “Documentos Brasileiros do Século XVIII para Estudo Linguístico”. *Estudos Linguísticos*, (29):315-320, 2000. (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo; Assis, Unesp).

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.); Bellotto, Heloísa Liberalli; Reis, Gilson Sérgio Matos (orgs.). *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I*. Bauru, Edusc, 2000. *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): CD 1/4*. Bauru/São Paulo, Edusc/Imprensa Oficial, 2000.

_____. *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823): Catálogo 2*. Bauru, Edusc, 2002. *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823): CD 1/7*. Bauru, Edusc, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. “Glossário das Espécies Documentais”. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade (coord.); Bellotto, Heloísa Liberalli; Reis, Gilson Sérgio Matos (orgs.). *Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo I*. Bauru, Edusc, 2000.

BERWANGER, Ana Regina; Leal, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas-UFSM, 1991.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. “Les unités: langue écrite, langue orale”. In: PONTECORVO, Clotilde; Blanche-Benveniste, Claire (eds.). *Proceeding of the Workshop on Orality versus Literaracy: Concepts, Methods and Data*. Siena Italy: Estrasburgo: European Science Foundation, 1992, pp. 133-194.

BRICEÑO PEROZO, Mário. *Vademecum de Archivología*. Caracas: Archivo General de la Nación, 1979.

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerario geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as minas do ouro / composto por Francisco Tavares de Brito - 1723*. Sevilha: Na Officina de Antonio da Sylva, 1732.

CAETANO, Marcelo. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1967.

CAMBRAIA, César Nardelli; Cunha, António Geraldo da; Megalle, Heitor. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. São Paulo, Humanitas, 1999 (Diachronica, 1).

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Ivo. “O Retorno à Filologia”. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; Pereira, Paulo Roberto Dias (orgs.). *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 511-520.

COHEN, Marcel. *A escrita*. Lisboa: Europa-Americana, 1961.

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS. *Normas de transcripción y edición de textos y documentos*. Madrid: 1944.

- CORTES ALONSO, Vicenta. *La escritura y lo escrito. Paleografía y Diplomática de España y América en los siglos XVI y XVII*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.
- COSTA, Pe. Avelino Jesus da. *Álbum de Paleografía e Diplomática Portuguesa*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1976.
- _____. *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*. Braga. Portugal, 1977.
- CUNHA, A.G; Cambraia, C. N; Megale, H. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas Publicações, FFLH,USP, 1999.
- DIAS, João José Alves; Oliveira marques, Alexandre Herculano de; Rodrigues, Teresa F. *Álbum de Paleografía*. Lisboa: Estampa, 1987.
- DAIN, Alphonse. “Il problema della copia”. In: Stussi, Alfredo (cur.). *La Critica del testo*. Bologna, Il Molino. 1985.
- DIAS, João José Alves; Marques, A.H. de Oliveira; Rodrigues, Teresa F. *Álbum de Paleografía*. Lisboa: Estampa, 1987.
- DIRINGER, David. *A escrita*. Lisboa: Verbo, 1968.
- DOBLHOFER, Ernst. *A maravilhosa história das línguas*. São Paulo: Ibrasa, 1962.
- DONATO, Ernani. *A Palavra Escrita e sua História*. São Paulo, Melhoramentos, 1951.
- ESCOLAR SOBRINO, Hipólito. *História social del libro: la tableta cuneiforme*. Madrid: Asociación Nacional de Bibliotecários, Archiveros y Arqueólogos, 1974. Cuadernos, 9.
- ESPOSEL, José Pedro Pinto. *Anotações do curso intensivo de fundamentos de Paleografía e Diplomática*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 06 a 16 de novembro de 1978.
- FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *O português da chibata: relato do escrívão, que chicoteou um escravo e depois foi açoitado num convento, recupera costumes e falas coloniais*. Revista Língua Portuguesa. São Paulo, pp. 56-57, 2005.
- _____. *História nos manuscritos: conflito entre poder local e religiosos na Vila de Santos*. Estudos Linguísticos. São Paulo: pp. 1584-1590, 2006.
- _____. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas/FAPESP, 2008.
- FERREIRA, Tito Lívio. “A Paleografía e as suas Dificuldades”. Boletim do Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, 10:165-199, fev. 1953 (São Paulo).
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de. *Nova escola para aprender a ler, escrever, e contar: primeira parte*. Lisboa Occidental: Officina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.
- FÉVRIER, James G. *Histoire de l'écriture*. Paris: Payot, 1959.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Inventários e Testamentos como Fontes Primárias de Pesquisa”. Boletim Histórico e Informativo do Arquivo do Estado de São Paulo, 3 (2):53-56, abr.-jun. 1982 (São Paulo).

_____. *Abreviaturas: Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX*. 2. ed. São Paulo, Unesp/Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

FLEXOR, Maria Helena Ochi; Silva, Maria da Conceição Costa; Camargo, Maria Vidal de Negreiros; Santana neto, João António. *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*. Salvador, Arquivo Público Estado da Bahia, 1998, 2 vols.

GELB, Y. J. *História de la escritura*. Madrid: Alianza Universidad, 1976.

GLÉNISON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GUEDES, Marymárcia; Berlinck, Rosane de Andrade. *E os Preços Eram Commodos: Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2000.

GUITEL, Geneviève. *Histoire comparée des numérations écrites*. Paris: Flammarion, 1975.

HIGOUNET, Charles. *L'écriture*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

_____. *História Concisa da Escrita*. 10. ed. Tradução: Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de Bibliologia*. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1967, 2 vols.

INSTITUTO DE ESTUDIOS AMERICANISTAS. *Norma para transcripcion y edicion de documentos históricos*. Córdoba: Universidad de Cordoba, 1956.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: documentos administrativos coloniais*. Vitória: Fundação Jones dos Santos Neves, 1979. 2 v.

_____. *Anotações de aulas ministradas durante o seminário de Paleografia e Diplomática*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 27 a 30 de abril de 1983.

_____. *Glossário de Paleografia*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1994.

LIMA, Yedda Dias. *Leitura e transcrição de documentos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: ARQ-SP/Arquivo do Estado, 2000.

LOBO Tânia (org.). *Cartas Baianas Setecentistas*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MALLON, Jean. *Paléographie Romaine*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto António de Nebrija de Filologia, 1952.

MARQUES, Alexandre Herculano de Oliveira. "Diplomática". In: Serrão, Joel. *Dicionário de História de Portugal e do Brasil*. II. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 823-828.

_____. "Paleografia". In: Serrão, Joel. *Dicionário de História de Portugal e do Brasil*. V. Lisboa. Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 292-298.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das Letras*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTÍNEZ, Tomás Marín. *Paleografía y Diplomática*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991.

MARTINHEIRA, José Joaquim Sintra (org.). *Catálogo dos Códices do Fundo do Conselho Ultramarino Relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957.

McCURTIE, Douglas C. *O livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1965.

MEGALE, H. “Pesquisa Filológica: Os Trabalhos da Tradição e os novos trabalhos em Língua Portuguesa”. In: *Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (GEL)*, 1998, Campinas. Estudos Linguísticos XXVII. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v. 1. pp. 3-28.

MEGALE, Heitor & TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida (orgs.). *Por Minha Letra e Sinal: Documentos do Ouro do Século XVII*. Cotia: Ateliê Editorial/ FAPESP. 2005.

MEGALE, Heitor. “Documento Brasileiro do Século XVIII: Estudo Lingüístico”. *Estudos Linguísticos*, (29): pp. 309-314, 2000 (Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo; Assis, Unesp).

MEGALE, Heitor (org.). *Filologia Bandeirante: Estudos 1*. São Paulo, Humanitas, 2000.

MEGALE, Heitor; Cambraia, César Nardelli. “Filologia Portuguesa no Brasil”. *DELTA [Documentação Estudos em Linguística Teórica e Aplicada]*, 15 (esp.): 1-22, 2000 (São Paulo, Educ).

MENDES, Ubirajara Dolacio. “Evolução das Escritas: Tipos Caligráficos”. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 10:45-62, fev. 1953 (São Paulo).

_____. *Noções de Paleografia*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação, 1953.

MILLARES, Carlo Augustin. *Paleografia Española*. Barcelona, Labor, 1929. 2 vols.

MOORHOUSE, A.C. *História del alfabeto*. México: Fondo de Cultura Economica, 1961.

MOURA, Américo de. “Paleografia: Definição e Generalidades”. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, 10:15-44, fev. 1953 (São Paulo).

Normas Técnicas Para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos – Arquivo Nacional. Disponível In: <<http://www.arquivonacional.gov.br/normas.htm>>

NUNES, Eduardo. *Varia paleographica*. Lisboa: Portugaliae Histórica, 1973.

NUNES, E. Borges. *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. 3. ed. Lisboa: [s.ed.], 1981.

ORTIZ, José Bernardo. *São Francisco das Chagas de Taubaté*. Taubaté, Prefeitura Municipal de Taubaté, 1988, 2 vols.

OTTA, Francisco. *Los alfabetos del mundo*. Santiago: Universidad del Chile, 1968.

PETRUCCI, Armando (org.). *Libri, scrittura e pubblico nel Rinascimento. Guida storica e critica*. Roma-Bari: Laterza, 1979.

PROU, Maurice. *Manual de Paléographie latine et française*. Paris: Auguste Picard, 1924.

RAMON BLANCO, Ricardo. *Lâminas de paleografia*. São Paulo: USP, 1956.

_____. *Estudos paleográficos*. São Paulo: Laserprint, 1987.

RELAÑO, Alfredo; RELANO, M. *História gráfica de la escrita*. Madrid: CSIC, 1949.

RODRIGUES, José Honório. *As Fontes de História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

SANTOS, Maria José Azevedo Santos. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

SILVA, Maximiano Carvalho da. “Os Editores e Preparadores de Texto e o Desconhecimento de Princípios Básicos de Crítica Textual e de Editoração”. *Confluência*, 20 (2): 11-60, 2000.

SILVA, César Múcio. *Processos. Crime: Escravidão e Violência em Botucatu*. São Paulo. Alameda, 2004.

SILVEIRA, Cláudia Damião Lopes. *Edição de textos relativos à defesa, segurança e fiscalização portuária da Baixada Santista no período final do século XVIII e início do século XIX*. São Paulo, 2004. 252f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOUSA JÚNIOR, António. “Manuscritos do Brasil nos Arquivos de Portugal”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Militar do Brasil*, (49): 55-72, 1965 (Rio de Janeiro).

SPAGIARI, Bárbara; Perugi, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. 2. ed. São Paulo, Edusp/Ars Poética, 1994.

STIEG, Lewis. *An introduction to paleography for librarians*. Chicago : University of Chicago Libraries, 1935.

TANODI, Aurelio. *En terno a la publicacion de documentos históricos*. Sevilha: [s.ed.], 1970.

_____. *Paleografía, Archivística y los estudios históricos en la Argentina*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1972.

_____. *Manual de Archivología hispanoamericana*. Córdoba: Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos, 1979.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THOMPSON, E.M. *Paleografia grega e latina*. Milão: Hoepli, 1986.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. *Varição grafemática consonantal no livro de José de Arimatéia (cod. ANTT643)*. São Paulo, 1966. 107f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VALENTE, José Augusto Vaz. *Álbum de Paleografia Portuguesa*. São Paulo, ECA-USP, 1983.

_____. *De re paleográfica*. Marília: FAFI, 1983.

ZAMBEL, Míriam Mani. *Breve história da escrita*. São Carlos: [s. ed.], 1985.